

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O Governo tem levado a cabo uma intensa campanha junto da comunicação social com comunicados de propaganda onde, a pretexto das contas do Sector Empresarial do Estado, falsifica as reais consequências da sua política. Uma das linhas muito propaladas pelo Governo é a da redução de custos com os trabalhadores. Essa redução é uma realidade, mas é um problema e não uma conquista. É um problema, desde logo, pela forma como foi alcançada: despedindo trabalhadores e roubando nos seus salários. No entanto, as contas das empresas públicas vão sendo conhecidas. O plano de atividades da EMEF para 2015 ilustra uma situação muito clara: face à falta de trabalhadores para o trabalho existente, a EMEF aumentou a subcontratação em dois anos em 768 por cento (!), registando um extraordinário incremento de subcontratos, de 713 mil euros em 2013 para 1,6 milhões de euros em 2014, estando orçamentados 6,2 milhões para 2015. Se não fosse um comportamento intencional do Governo, estaríamos perante uma situação de flagrante má gestão. O lançamento do processo de privatização da EMEF tornou tudo mais claro. O Governo promoveu uma redução de trabalhadores que prejudicou a EMEF mas que se destinou a preparar a privatização, criando o espaço para o futuro proprietário possa tentar contratar em piores condições incrementando a exploração. Ora, não é aceitável que as empresas públicas continuem a ser geridas por um único critério: privatizar, custe o que custar. E está a custar muito à EMEF, à CP, à CP Carga e aos utentes o sistemático impedimento de contratações por parte da EMEF.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia:

- Vai o Governo autorizar a EMEF à necessária contratação de trabalhadores? Ou vai o Governo persistir nesta política, que criar novas oportunidades de negócio mas que traz custos acrescidos para o Estado e contribui para precarizar a vida dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, terça-feira, 26 de Maio de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)